



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

Estado de São Paulo

Ata da 1^a Sessão Extraordinária da 4^a Sessão Legislativa Ordinária do 2º Biênio da 8^a Legislatura da Câmara Municipal de Araçariguama, realizada aos vinte e sete dias do mês de junho de 2024.

Presidente: Dr. Marco Dal Bello

1º Secretário: Paulo Volcov

Iniciando os trabalhos às 14h20min, o Presidente cumprimenta todos os presentes e solicita aos vereadores para que façam o registro eletrônico da presença. Presentes os vereadores Ademário Jesus Mendes - Bahia Cabeleireiro, Edmilson Antonio da Silva - Baixinho, Nadiwan Ferreira Maia - Alemão, Paulo Volcov, Milton da Costa, Lili Marques, Prof.^a Iara Costa, Dr. Marco Dal Bello, Celso Ursulino, Mário Santos e Helton da Van. Em seguida, o Presidente convida o vereador Celso Ursulino para fazer a leitura de um trecho da “Bíblia Sagrada”. O Presidente coloca em votação a Ata da 20^a Sessão Ordinária da 4^a Sessão Legislativa Ordinária do 2º Biênio da 8^a Legislatura da Câmara Municipal de Araçariguama, realizada aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2024, que é aprovada por unanimidade. O Presidente declara aberta a Ordem do Dia, fase reservada para discussão e deliberação de matérias constantes do Edital de Convocação e, como é do conhecimento dos Senhores Vereadores, constam as seguintes matérias a serem apreciadas: 1. Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2024, de autoria da Comissão de Orçamento Finanças e Contabilidade (Parecer nº 06/2024), que dispõe sobre as Contas Municipais do exercício de 2019; e 2. Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 08/2024, de autoria da Comissão de Orçamento Finanças e Contabilidade (Parecer nº 07/2024), que dispõe sobre as Contas Municipais do exercício de 2020. O Presidente solicita aos vereadores para que façam o registro eletrônico da presença e informa que, nos termos do §2º do art. 67 da Lei Orgânica do Município, combinado com o inciso III do art. 292 e inciso I do §2º do art. 54 do Regimento Interno, “o parecer prévio anual, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, só será rejeitado pelo voto de dois terços dos membros da Câmara de Vereadores”, assim sendo, estando presentes, pelo menos, 8 (oito) senhores vereadores, a matéria pode ser submetida à apreciação do Plenário. O Presidente esclarece que os responsáveis pelas aludidas contas, Sra. Ex-Prefeita Liliana Medeiros de Almeida Bechara Aymar (Períodos: 01/01/2019 a 06/02/2019 e 22/02/2019 a 17/10/2019) e Sr. Ex-Prefeito João Batista Damy Correa Junior (Períodos: 07/02/2019 a 21/02/2019 e 18/10/2019 a 31/12/2019) e sua advogada, foram devidamente intimados, desta Sessão de Julgamento. O Presidente informa que cada vereador poderá usar a palavra pelo prazo de 20 minutos, nos termos do art. 307, inciso I, alínea “b” do Regimento Interno, bem como será facultada a palavra aos responsáveis pelas contas municipais de 2019, ou a seus procuradores legalmente constituídos, pelo prazo de 30 minutos para produzir sua defesa oral. O Presidente solicita ao 1º Secretário para fazer a leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2024, de autoria da Comissão de Orçamento Finanças e Contabilidade (Parecer nº 06/2024), que dispõe sobre as Contas Municipais do exercício de 2019. Feita a leitura, o Presidente coloca em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2024, não havendo nenhum vereador inscrito para fazer uso da palavra. O Presidente, então, concede a palavra à Ex-Prefeita Sra. Liliana Medeiros de Almeida Bechara Aymar e ao seu procurador Dr. Carlos Aymar Sur Bechara, pelo prazo total de 30 minutos sem apartes. A Sra. Liliana solicita que o seu pronunciamento conste em ata,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

Estado de São Paulo

conforme segue: “Boa tarde a todos. Quero agradecer todos que vieram aqui neste momento tão importante e gostaria que o meu pronunciamento ficasse registrado em ata. Nós chegamos aqui mais ou menos umas 13h35, faltando uns 15 minutos para abrir a Câmara Municipal, inclusive encontramos a funcionária Bruna, ela falou que daqui uns minutos iam abrir as portas da Câmara Municipal e aí nós fomos surpreendido (*sic*) por três pessoas que desceram a calçada. Inclusive, Sr. Presidente, eu queria que ficasse registrado em ata e que pedissem as câmeras pra depois não falarem que foi apagado, por que tá tudo registrado. Desceram três indivíduos, muita gente estava com a gente ali viu, foram dando rasteira no Aymar, puxou o braço dele pra ele cair no chão, começou a bater no Aymar e tudo isso foi registrado, então, eu gostaria que constasse na ata desta Sessão essa... isso que aconteceu aqui na Câmara Municipal e, que, a nossa família está correndo risco, então, vejo aqui as nossas intercessoras, peço que continuem orando, que a igreja continue orando e que toda a população veja que pregam a paz, mas fazem a guerra, que isso não é coisa que se faça. Eu vim aqui para fazer a minha defesa nas contas municipais, assim como o Aymar, que é meu advogado, assim como o Joca, está aqui, mas jamais, jamais poderia acontecer uma coisa dessas na Câmara Municipal. Isso tem que ser notícia, isso tem que, tem que, a população tem que ver o que está acontecendo na cidade e se algo acontecer com alguém da minha família, todos estão sabendo o que aconteceu aqui hoje. Que fique registrado na ata municipal. Agora. Que Deus abençoe a nossa cidade e nos livre de todo mal, em nome de Jesus. Agora eu vou falar relacionado às contas”. O Presidente solicita aos presentes que se mantenham em silêncio aguardando a fala da Sra. Liliana. Retomando a sua fala, a Sra. Liliana expõe que: “Agora eu vou falar relacionado às contas municipais aqui, eu vou falar de uma maneira rápida, que depois o Dr. Carlos Aymar, meu marido, advogado, vai explicar a parte jurídica. É... nós sabemos aqui em Araçariguama que nós estamos passando por uma perseguição política, que não é de hoje, e eu trouxe um documento aqui para provar, que esse documento, até então, estava em meu poder, e eu nunca tinha usado, eu nunca tinha divulgado nas redes sociais, que foi da cassação forjada que aconteceu na Câmara Municipal quando eu era vereadora. E por que eu estou falando isso hoje? Porque dois vereadores, o presidente e o relator da Comissão de Orçamento Finanças e Contabilidade, participaram da fraude pra me cassar, então, se eles participaram da fraude pra me cassar, eles têm motivação pra querer me prejudicar com as contas municipais. As contas municipais, todos vocês têm acesso, elas, elas, a população, todo o público pode acessá-las. Elas têm apenas apontamento (*sic*) administrativos, não tem nada de improbidade, não tem nada grave. E nós já vimos contas com improbidade sendo aprovadas nessa casa, mas das minhas não têm nada, todos vocês têm acesso, são falhas de orçamento, que tá falando do déficit de 16 milhões. Eu assumi com 25 milhões, deixei com 16, então tá ótimo. Agora tá quase com 70, então, nós vamos acompanhando como serão as próximas contas e eu espero que hoje haja coerência nesta casa na votação destas contas. Depois nós temos vereadores também que participaram da minha gestão, que foram secretários, que tinham pastas de comando lá, como a vereadora Lili Marques, como o vereador Paulo Volcov, como o vereador Costa, esposo da Iara... Iara também trabalhou na educação, o Helton que trabalhava no Demuttrans, chefiava aquele setor, o Celso, que trabalhou no Fundo Social. Então, todos trabalharam nessa gestão até o último dia e sabem que não tinha nada errado, acompanharam os trabalhos, estavam sempre aplaudindo, estavam sempre juntos com a



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

Estado de São Paulo

gestão. E o vereador Baixinho e o vereador Bahia participaram da fraude, que está aqui, depois hoje eu vou colocar tudo nas redes. É um laudo pericial, feito pelo perito do Judiciário, então é um laudo isento de política e eu vou colocar pra todos vocês terem acesso, daqui a pouquinho, na hora que o Aymar for falar, eu já coloco, onde cédulas foram adulteradas e foram fraudadas pra que eu pudesse ser cassada, pra tirar o meu mandato como prefeita eleita democraticamente desta cidade. Então, nós sabemos que foi uma grande armação, nós sabemos o motivo, mas eu acho que os vereadores deviam ser impedidos de exstrar este parecer, porque participaram de uma fraude, um processo que eu ainda não levei adiante, que às vezes na correria do dia a dia, que aqui tem denúncia caluniosa, eu fui prejudicada, fraude, documento adulterado, têm muitas coisas descritas aqui neste processo. Então, eu gostaria de pedir aos nobres vereadores que trabalharam na minha gestão, que fizeram parte da minha gestão, que estavam ali pra governar comigo, que pudesse votar contrário a isso que foi feito, pra que fizessem justiça, por que... inclusive a vereadora Lili Marques eu encontrei ela um dia lá no aniversário do Pastor André, nós conversamos sobre isso, ela falou que nas contas passadas, é, parece que queriam mandar os cargos embora, alguma coisa assim, mas que eu falei: "mas Lili, você acha justo ter feito isso? Você trabalhou comigo, foi minha secretária, minha amiga" e ela falou: "Não, Lili, me perdoa, tal". E aí eu creio que hoje ela não vai fazer isso, ela também é uma serva de Deus, que tem temor ao Senhor, que sabe que não foi feito nenhuma ilegalidade nesta gestão, trabalhou comigo até o último dia. Então, eu queria pedir pra Lili, pro Paulo, pro Helton, pro Celso e pra Iara, esse voto, e agora eu vou passar pro Aymar pra fazer toda a parte jurídica, vai falar das questões que constam, que são irrelevantes falhas administrativas e quero dizer mais uma vez que eu amo muito vocês, obrigada pelo carinho, obrigada pela presença, pela acolhida, e vocês são testemunhas de tudo que aconteceu nesta Casa de Leis hoje, mostrando um episódio triste da nossa cidade, onde pregam a paz e mandam capangas pra pegar o meu marido, e a nossa família, vocês estejam orando, estejam orando porque se qualquer coisa acontecer com alguém da nossa família, todos vocês já sabem os culpados". Em seguida, o Dr. Carlos Aymar Srur Bechara, advogado constituído pela Ex-Prefeita, faz uso da palavra, inicialmente comentando sobre os fatos ocorridos antes do início da Sessão e, em seguida, prossegue com a defesa da Sra. Liliana, alegando que: 1. Todas as contas municipais de Araçariguama, desde 1993, tiveram apontamentos, sendo a mais grave quando Roque Hoffman era prefeito e mesmo assim foi aprovada; 2. Não houve necessária citação pessoal e válida da Sra. Liliana; 3. Houve uma mudança no parecer do Tribunal de Contas, mas a Sra. Liliana não foi cientificada; 4. O parecer cometeu falhas de entendimento, pois inverteu a verdade dos fatos, alterando o conteúdo do parecer do Tribunal para mais gravoso; 5. A suspeição dos vereadores Edmilson Antonio da Silva - Baixinho e Ademário Jesus Mendes - Bahia é clara, pois eles têm interesse total e direto na causa, em virtude de terem participado da cassação da Sra. Liliana. O Dr. Carlos Aymar encerra sua fala rebateando o Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade apresentado. O Presidente concede, então, a palavra ao Ex-Prefeito Sr. João Batista Damy Correa Junior, sem apartes, que faz sua defesa alegando que não houve dolo de sua parte, bem como a ocorrência dos problemas enfrentados pelo município no período, principalmente, durante a pandemia. O Presidente suspende a Sessão por 5 minutos para analisar as preliminares arguidas pela defesa da Sra. Liliana. O Presidente informa que,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

Estado de São Paulo

DR. MARCO DAL BELLO
Presidente

LILI MARQUES
1º Vice-Presidente

ADEMÁRIO JESUS MENDES
BAHIA CABELEIREIRO
2º Vice-Presidente

PAULO VOLCOV
1º Secretário

EDMILSON ANTÔNIO DA SILVA
BAIXINHO
2º Secretário